

Anbid teme agravamento do déficit público

— Nesse início de novo Governo no Brasil, a prática mais apropriada pareceria ser a defendida pelo Presidente eleito Tancredo Neves, de não permitir reajustes nem inferiores nem superiores à inflação passada. O aumento dos salários do setor público, excedendo fartamente a variação do INPC, contraria frontalmente essa regra e agrava pressões sobre o déficit público.

Essa afirmação consta da carta mensal da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid), relativa a maio último. Os banqueiros temem que aumentos salariais acima da inflação prejudiquem o combate ao déficit e ponham em risco a política econômica do Governo. Acham eles que, se isso ocorrer, o País não terá outra saída senão adotar o amargo remédio aplicado na Argentina pelo Governo

de Raúl Alfonsín: o chamado "choque heterodoxo".

Trata-se de uma combinação de medidas ortodoxas, clássicas, de controle monetário através de redução nos gastos públicos, com medidas não-ortodoxas, centradas no drástico controle de preços (congelamento de preços e salários, por exemplo). Antes de se conter os gastos tenta-se conter os preços com um congelamento artificial, destinado a provocar tamanho impacto que todos, inclusive os banqueiros, passem a acreditar que a inflação vai cair, "revertendo a expectativa", ou tendência, de alta.

A carta da Anbid está inteiramente centrada na experiência da Argentina, país que tentou sair da recessão com reajustes salariais mensais acima da inflação (para compensar perdas anteriores), de for-

ma a incentivar o consumo e a retomada do desenvolvimento e chegou a uma inflação de mil por cento anuais.

Os banqueiros indagam que lições pode fornecer a Argentina para o caso brasileiro. A primeira conclusão é a de que "em contexto de inflação elevada a opção pelo crescimento econômico, sem o firme propósito de combate à inflação, pode facilmente levar à hiperinflação". Por outro lado, os banqueiros acham que o "recurso excessivo" do Governo argentino à emissão de moeda, para cobrir o déficit, apenas contribui para agravar a inflação, o que reforça "a idéia de que é necessário acionar vários instrumentos para financiar o déficit público no Brasil".

A carta da Anbid se baseia em informações disponíveis até 24 de junho, antes, portanto, do corte nos gastos das estatais e outras medidas adotadas no Brasil.